

FORTALECENDO A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: O IMPACTO DO PROJETO ALIMENTOS BONS, LIMPOS E JUSTOS E A FILOSOFIA DO *SLOW FOOD*

STRENGTHENING FAMILY FARMING IN BRAZIL: THE IMPACT OF THE GOOD, CLEAN AND FAIR FOOD PROJECT AND THE PHILOSOPHY OF SLOW FOOD

FABÍOLA MARTINS IMPERATORI

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil
Graduada em Gestão Ambiental. E-mail: fabiolaimperatori@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0001-8598-2036>

Submissão: 05-03-2025 - Aceite 23-05-2025

RESUMO: O Movimento Slow Food surgiu como uma resposta ao fast food, promovendo uma alimentação baseada no prazer e na valorização dos métodos da produção sustentável. No Brasil, desde 1996, o Movimento integra métodos de agricultura familiar e destaca a importância da interação entre técnicas agrícolas tradicionais e a experiência gastronômica autêntica. O objetivo deste estudo foi analisar a relação entre o Movimento Slow Food e a agricultura familiar brasileira, com foco no projeto “Alimentos Bons, Limpos e Justos: ampliação e qualificação da participação da agricultura familiar brasileira no Movimento Slow Food”. Utilizou-se abordagem qualitativa e revisão de literatura para explorar como o projeto, realizado entre 2017 e 2020, contribuiu para o fortalecimento da agricultura familiar por meio da inclusão de produtos na “Arca do Gosto”, capacitação de técnicos e agricultores e desenvolvimento de estratégias de comercialização. Concluiu-se que o projeto promoveu a valorização de práticas alimentares tradicionais e sustentáveis e colaborou com políticas públicas e iniciativas não governamentais para um sistema alimentar mais justo e sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade Alimentar. Produção Sustentável. Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT: The Slow Food Movement emerged as a response to fast food, promoting an approach to eating based on pleasure and the appreciation of sustainable production methods. In Brazil, since 1996, the movement has incorporated family farming practices and emphasized the importance of the interaction between traditional agricultural methods and authentic gastronomic experiences. This study analyzes the relationship between the Slow Food Movement and Brazilian family farming, focusing on the project “Good, Clean, and Fair Food: expanding and qualifying the participation of Brazilian family farming in the Slow Food Movement.” Using a qualitative approach and literature review, the article explores how the project, carried out between 2017 and 2020, contributed to strengthening family farming through the inclusion of products in the “Ark of Taste,” training of technicians and farmers, and the development of marketing strategies. The study concludes that the



project not only promoted the appreciation of traditional and sustainable food practices but also supported public policies and non-governmental initiatives toward a fairer and more sustainable food system.

KEYWORDS: Food Sustainability, Sustainable Production, Rural Development.

Introdução

O Movimento *Slow Food*, fundado em 1986 na Itália pelo ativista alimentar Carlo Petrini, surgiu como uma resposta à crescente popularidade do *fast food*, que transformou o ato de se alimentar em uma mera necessidade, dominada pela pressa imposta pela globalização. Chegando ao Brasil em 1996, o Movimento promoveu a valorização do prazer em comer com tranquilidade, priorizando sabores autênticos, métodos de produção sustentáveis e o respeito ao trabalhador rural.

De acordo com Ploeg et al. (2004), o meio rural é um espaço de interação e troca entre o social e o natural, em que a agricultura se configura como um processo de coprodução entre as duas esferas, que se modificam e coevoluem. Nesse contexto, o Movimento *Slow Food* não apenas valoriza o trabalhador rural, mas também destaca a importância da interação entre as práticas agrícolas tradicionais e a experiência gastronômica autêntica.

A filosofia do Movimento encontra ressonância nos princípios da agricultura familiar, que frequentemente adota práticas agrícolas tradicionais, preserva a cultura alimentar e promove o desenvolvimento rural sustentável. Como explica Wanderley (2009), o agricultor familiar mantém uma conexão especial com a terra, que é tanto seu espaço de trabalho quanto seu lar, buscando práticas que preservem a natureza, respeitem o trabalho humano e promovam o bem-estar das comunidades rurais e urbanas. O *Slow Food* também desempenha papel fundamental na valorização de ingredientes nativos e técnicas culinárias ancestrais, evitando a homogeneização dos hábitos alimentares imposta pela indústria global de alimentos. A partir dessa perspectiva, a relação entre o Movimento e a agricultura familiar se fortalece na medida em que ambos compartilham o compromisso de preservar a biodiversidade e fortalecer as economias locais por meio do consumo de produtos sazonais e regionais.

Além da preservação da cultura alimentar, o *Slow Food* atua na conscientização sobre os impactos sociais e ambientais do sistema agroalimentar, promovendo a educação do consumidor. A inclusão de pequenos produtores no mercado, por meio de circuitos curtos de comercialização, se torna estratégia essencial para garantir modelo alimentar mais justo e acessível. Dessa forma, a articulação entre consumidores e produtores fortalece os laços comunitários e estimula a transição para sistemas agroecológicos sustentáveis.

Considerando o exposto, este estudo teve como objetivo refletir sobre a relação entre o Movimento *Slow Food* e a agricultura familiar, explorando especificamente o projeto “Alimentos Bons, Limpos e Justos: ampliação e qualificação da participação da agricultura familiar brasileira no Movimento *Slow Food*” no período de 2017 a 2020. Compreender essa sinergia é essencial para a formulação de políticas públicas e iniciativas que fortaleçam o Movimento e a agricultura familiar, justificando a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre práticas que contribuam para um sistema alimentar mais justo e sustentável.

A estrutura do artigo está organizada da seguinte forma: após essa introdução, apresenta-se a metodologia adotada na pesquisa. Em seguida, desenvolve-se uma análise sobre o Movimento *Slow Food* no Brasil, seguida por um panorama da agricultura familiar brasileira. Na sequência, discute-se a articulação entre essas duas dinâmicas socioprodutivas, com base no projeto “Alimentos Bons, Limpos e Justos”. Por fim, são discutidos os principais resultados do estudo, seguidos das referências utilizadas.

Metodologia

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentando-se na revisão de literatura como principal método de investigação. Segundo Gil (2008), a pesquisa qualitativa permite uma compreensão aprofundada de fenômenos sociais, possibilitando a análise interpretativa de dados secundários. Nesse contexto, a revisão de literatura constitui uma estratégia essencial para a identificação, análise e síntese de informações relevantes sobre o tema investigado (YIN, 2016).

Para a coleta de dados, foram consultadas fontes disponíveis no banco de dados Google Acadêmico. Utilizaram-se termos de busca como “agricultura familiar”, “Movimento *Slow Food*”, “sustentabilidade ambiental” e “sistemas alimentares justos”. A pesquisa foi delimitada ao período de 2010 a 2023, com foco em artigos científicos, livros e outros documentos acadêmicos relevantes publicados nos idiomas português e em inglês. A seleção considerou a relevância do tema, a atualidade das informações e a credibilidade das publicações. De acordo com Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa bibliográfica oferece o embasamento teórico necessário para o estudo, permitindo a contextualização do problema e o estabelecimento de conexões entre conceitos e presentes na literatura.

Ao fundamentar-se na revisão de literatura, este trabalho busca contribuir para o debate acadêmico sobre a valorização da produção de alimentos sustentáveis e socialmente responsáveis. Além disso, a metodologia adotada permite um olhar crítico sobre as interseções entre o Movimento *Slow Food* e a agricultura familiar no Brasil, alinhando-se às diretrizes da pesquisa qualitativa na área das ciências sociais aplicadas (MINAYO, 2012).

Desenvolvimento

Movimento *SLOW FOOD* e sua influência no Brasil

O Movimento *Slow Food* foi criado na década de 1980 como resposta à abertura de franquias do *McDonald's* em Roma, na Itália. Para dar visibilidade à iniciativa, Carlo Petrini fundou, na cidade de Bra, uma associação enogastronômica que serviria de base para o Movimento. A sua militância se fundamentava na defesa do direito ao prazer de se alimentar e a convivência ao redor do alimento, além de propor práticas agrícolas que valorizassem o trabalho do produtor e respeitassem o meio ambiente (COSTA, 2015, p. 28).

Uma das principais críticas do *Slow Food* diz respeito aos impactos negativos da globalização sobre a produção agrícola. A intensificação da mecanização tem contribuído para a

perda de culturas tradicionais, à redução da biodiversidade e à queda na qualidade dos alimentos (PETRINI, 2009). Nesse cenário, estudos recentes indicam que os mercados globais agrícolas e alimentares continuam a exercer influência significativa sobre a agricultura, afetando desde práticas produtivas até aspectos socioambientais. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2022) embora o comércio agroalimentar global possa aumentar a eficiência no uso de recursos naturais, ele também acarreta riscos ambientais e sociais relevantes. Além disso, Oliveira (2022) destaca que a produção de commodities agrícolas voltadas para a exportação é uma das principais causas do desmatamento e da perda de biodiversidade no Brasil, com impactos especialmente negativos para agricultores familiares e comunidades tradicionais.

Para enfrentar os efeitos negativos da globalização sobre a produção intensiva, o Movimento *Slow Food* propõe uma redefinição do conceito de qualidade alimentar, baseada em três pilares fundamentais:

a) bom: o sabor e o aroma de um alimento reconhecível por sentidos bem treinados e educados são o resultado do bom trabalho do produtor e da escolha de matérias-primas e métodos de produção, que não devem alterar a sua naturalidade; **b) limpo:** o meio ambiente precisa ser respeitado, devendo ser implementadas práticas sustentáveis de cultivo, criação, processamento, marketing e consumo. Cada etapa da cadeia de produção, incluindo-se o consumo, deve preservar os ecossistemas e a biodiversidade, defendendo a saúde do consumidor e do produtor; e **c) justo:** é importante que haja justiça social, adotando condições de trabalho que respeitem o ser humano e seus direitos, capazes de gerar remunerações adequadas; uma economia global equilibrada; a prática da compaixão e da solidariedade; o respeito pela diversidade cultural e pelas tradições (SLOW FOOD, 2013a, p. 9).

Com base nesses princípios, o Movimento expandiu ações e projetos globalmente, incluindo o Brasil. A primeira iniciativa do *Slow Food* no País ocorreu em 1995, em Roraima, por meio de uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que apoiou o projeto “Mesas Fraternas” (OLIVEIRA, 2014). A partir de 2000, com a chegada do Movimento ao Rio de Janeiro e São Paulo, essa colaboração se intensificou, levando à criação dos primeiros convívios - grupos locais formados por produtores e entusiastas do *Slow Food* que promoviam suas ideais e adaptavam suas ações às necessidades das comunidades (SLOW FOOD, 2013b).

Além da valorização dos alimentos bons, limpos e justos, o Movimento tem um papel fundamental na educação alimentar, ajudando consumidores a reconhecer a origem dos alimentos e os impactos ambientais e sociais de suas escolhas. A educação alimentar é vista como essencial para transformar a relação das pessoas com a comida, promovendo hábitos mais saudáveis e sustentáveis.

Outro aspecto central da atuação do Movimento é a preservação da biodiversidade alimentar. A iniciativa Arca do Gosto, cataloga produtos alimentares ameaçadas de extinção, incentivando sua proteção e reintrodução no mercado. No Brasil, a Arca do Gosto já registrou diversos ingredientes nativos, como o pequi (*Caryocar brasiliense*), a castanha de baru (*Dipteryx alata*) e o pirarucu (*Arapaima gigas*), contribuindo para a sua valorização e o reconhecimento das comunidades que os produzem (SLOW FOOD, 2013b).

O *Slow Food* fortalece a relação entre produtores e consumidores, promovendo mercados de agricultores, feiras agroecológicas e programas de agricultura solidária. Nesse contexto,

essas iniciativas garantem preços justos para os agricultores familiares e permitem que os consumidores conheçam melhor os processos produtivos, estimulando escolhas alinhadas com a sustentabilidade e a justiça social. Como resultado, observa-se crescimento do interesse por alimentos agroecológicos e de comércio justo no Brasil, evidenciado pelo surgimento de um “novo perfil de consumidor em diferentes mercados brasileiros, interessados na aquisição de alimentos isentos do uso de agrotóxicos e baseado nos princípios da agroecologia e do comércio justo e solidário” (ALIMENTOS BONS..., 2015, p.3).

A relação entre o Movimento e a agricultura familiar no Brasil é especialmente relevante, pois ambos compartilham valores de sustentabilidade, dos saberes tradicionais e respeito ao meio ambiente. A agricultura familiar representa grande parte da produção de alimentos consumidos no Brasil, sendo essencial para a diversidade gastronômica e para a segurança alimentar. O apoio do *Slow Food* a pequenos agricultores fortalece práticas agroecológicas e fomenta redes de comércio responsável, promovendo a autonomia e o empoderamento das comunidades rurais. Dessa forma, o Movimento consolidou-se como uma resposta aos impactos da globalização e da mecanização agrícola, promovendo a sustentabilidade ambiental, a justiça social e a valorização do sabor autêntico. No Brasil, a sua expansão e a criação de convívios demonstram a eficácia da abordagem do Movimento na construção de um sistema alimentar mais consciente e ético.

Panorama da agricultura familiar brasileira: conceitos, políticas e projetos de apoio

A agricultura familiar é um modelo de produção agrícola caracterizado pela gestão e pelo trabalho predominantemente realizados pelos próprios membros da família, que geralmente também residem na propriedade. O conceito de agricultura familiar tem sido amplamente discutido, variando conforme o contexto histórico e social. Abramovay (1997) destaca que, apesar dessas variações, três elementos fundamentais são comuns na agricultura familiar: gestão, propriedade e trabalhos realizados por indivíduos ligados por laços de sangue ou casamento.

Segundo Schneider (2016), a agricultura familiar caracteriza-se como uma categoria social na qual a força de trabalho é majoritariamente composta por membros da própria família. Dessa maneira, essa forma de produção gera alimentos tanto para o consumo quanto para a comercialização. Geralmente desenvolvida em pequenas propriedades, a agricultura familiar se destaca pelas intensas interações entre os membros da família e a comunidade, atribuindo elevado valor simbólico às relações sociais e ao modo de vida rural.

Sob essa perspectiva, a agricultura no Brasil é marcada por uma diversidade e heterogeneidade significativas refletindo diferentes formas de organização produtiva, inserção nos mercados e estratégias de reprodução social (SCHENEIDER E CASSOL, 2017). No país, esse modelo produtivo é formalmente reconhecido pela Lei nº 11.326/2006, que estabelece critérios como o uso predominante de mão de obra familiar e a gestão direta da atividade econômica pela família, considerando também limites de área e renda.

A agricultura familiar desempenha um papel essencial na segurança alimentar, na geração de empregos e na manutenção das comunidades rurais. Segundo Lamarche (1994, p.19):

Os agricultores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições

que têm para o futuro. Suas chances de atingir o modelo ideal, ou simplesmente de se aproximar dele, dependerão da complementaridade de seu projeto junto ao que a sociedade elaborou para eles.

A análise da agricultura, portanto, deve considerar os diversos fatores que estruturam esse tipo de exploração, indo além de aspectos meramente econômicos e incorporando as lógicas socioculturais que orientam as escolhas dos agricultores. Dessa maneira, Caume (2017) destaca que “a agricultura familiar segue lógicas próprias, construídas a partir de significados oriundos de crenças, práticas tradicionais, valores morais e éticos, simbologias e sentimentos de identificação e pertencimento particular”. Essa diversidade se reflete nos dados do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que revelou que 77% das propriedades rurais no Brasil são classificadas como de agricultura familiar. Apesar de ocuparem apenas 23% da área total destinada à agropecuária, essas propriedades têm contribuição significativa para a economia e o desenvolvimento rural no País.

A imposição de novos padrões tecnológicos e escalas de produção inviabilizam a permanência de milhares de agricultores familiares nas cadeias de carnes de suínos e de aves, e na produção de grãos como milho, feijão, arroz e soja, dentre outras. É nesse contexto que agricultores e organizações relacionadas à agricultura familiar têm buscado atividades, mercados, formas de organizações e arranjos institucionais e mais adequados às suas condições sociais, econômicas e políticas (SÁ et al., 2021). Assim, esse dinamismo evidencia a capacidade das propriedades familiares de se adaptarem às demandas do mercado e às políticas públicas, reforçando sua importância no contexto nacional.

As políticas públicas desempenham papel crucial no fortalecimento da agricultura familiar, fornecendo suporte para que os agricultores possam aprimorar suas práticas e expandir suas operações. Schneider e Grisa (2015) destacam que diversas políticas governamentais foram desenvolvidas com o objetivo de apoiar os agricultores familiares, especialmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade no meio rural.

Essas políticas incluem, entre outras iniciativas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que disponibiliza crédito rural para aquisição de insumos e equipamentos essenciais à produção. Além disso, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oferece suporte técnico para a implementação de práticas agrícolas mais eficientes e sustentáveis, auxiliando na adoção de novas tecnologias. Outro mecanismo de apoio importante são os programas de compras públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentos Escolar (PNAE), que garantem a comercialização da produção da agricultura familiar em mercados institucionais, fortalecendo a segurança alimentar e o desenvolvimento local.

Além das iniciativas governamentais, diversas organizações da sociedade civil também atuam no fortalecimento da agricultura familiar. Projetos como “Alimentos Bons, Limpos e Justos: ampliação e qualificação da participação da agricultura familiar brasileira no Movimento *Slow Food*” complementam as ações públicas ao incentivar práticas agroecológicas e valorizar os produtos dos pequenos produtores.

Projeto alimentos bons, limpos e justos e a agricultura familiar no Brasil

O projeto “Alimentos Bons, Limpos e Justos: ampliação e qualificação da participação da agricultura familiar brasileira no Movimento *Slow Food*” tem como principal objetivo fortalecer a agricultura familiar por meio de diretrizes e mecanismos promovidos pelo Movimento. A gestão do projeto foi realizada em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), contando com o apoio de uma rede de universidades em todo o Brasil e com financiamento da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. Embora o projeto tenha sido oficialmente executado entre 2017 e 2020, algumas iniciativas continuaram a ser desenvolvidas de forma independente após o término do financiamento por meio dos convívios do *Slow Food* e parcerias com agricultores familiares, universidades e outras instituições (*SLOW FOOD*, 2024). A seguir, apresenta-se um resumo das metas e principais ações previstas no âmbito do projeto, organizadas de forma a evidenciar seus objetivos estratégicos e operacionais:

Quadro 1 – Metas do projeto “Alimentos Bons, Limpos e Justos”

Meta	Objetivo	Ações Previstas (Resumidas)
1	Inserir 150 novos produtos na Arca do Gosto	Capacitações (presenciais e a distância) para técnicos e agricultores.
2	Criar 12 novas Fortalezas e fortalecer 9 existentes	Diagnósticos, reuniões locais, definição de protocolos, capacitações, participação em eventos e intercâmbios.
3	Articular 150 Comunidades do Alimento	Levantamento, diagnóstico e integração de comunidades ao Movimento.
4	Desenvolver estratégia de comercialização	Reuniões, oficinas, seminário, articulação de mercados e elaboração de rótulos.
5	Capacitar 500 jovens rurais em ecogastronomia	Oficinas regionais e formação com maior carga horária.
6	Fortalecer a comunicação com a agricultura familiar	Produção e distribuição de materiais, vídeos, cartilhas, mapas, postais e um livro.
7	Implementar gestão do projeto	Estruturação e organização da gestão do projeto.

Fonte: SLOW FOOD (2024)

Dentre as metas do projeto, a Meta 1 destacou-se pela inclusão de 150 novos produtos na Arca do Gosto, um catálogo global que visa identificar, localizar, descrever e promover sabores ameaçados de desaparecimento (*SLOW FOOD*, 2024). Este esforço reflete uma visão mais ampla sobre a preservação da biodiversidade local, incluindo sementes de plantas nativas, que são fundamentais para a resiliência ambiental e a adaptação climática de agroecossistemas familiares. A inclusão de produtos na Arca do Gosto não é apenas uma forma de preservar alimentos tradicionais, mas também de fortalecer comunidades rurais e suas práticas sustentáveis, ligando diretamente a cultura alimentar à sustentabilidade e à adaptação às mudanças climáticas.

Bourdieu (2011) destaca que o gosto tradicional reflete valores culturais profundos, como foco em práticas coletivas e na preservação de saberes que, em muitos casos, são ameaçados pelo modelo de agricultura moderno e industrializada. O *Slow Food*, ao valorizar esses saberes e práticas, não só contribui para a preservação de alimentos tradicionais, como também fomenta uma agricultura mais resiliente e sustentável. Entre esses saberes, incluem-se as técnicas agrícolas tradicionais, como o uso de sementes crioulas e práticas de cultivo adaptadas às condições locais, os

métodos de preservação de alimentos, como a secagem e fermentação, além do uso sustentável dos recursos naturais e de sistemas de organização coletiva. Essas abordagens são essenciais para a segurança alimentar em um contexto de mudanças climáticas. Dessa forma, o projeto busca afirmar a posição da agricultura familiar no espaço social e econômico, promovendo um modelo de desenvolvimento mais justo e ambientalmente equilibrado.

Com base na Meta 1, foi desenvolvida a capacitação para multiplicadores da Arca do Gosto, intitulada “Formação de Multiplicadores da Arca do Gosto” (Figura 1). Realizado on-line entre março e abril de 2018, o curso teve como objetivo sensibilizar e capacitar os participantes para o reconhecimento e a valorização de alimentos tradicionais, muitos dos quais estão ameaçados pelo modelo de agricultura industrializada e padronizada. Como explica Altieri (2009) a agricultura industrial caracteriza-se pela utilização intensiva de insumos externos, mecanização, uso de sementes geneticamente uniformes e práticas padronizadas voltadas a maximização de produtividade e integração aos mercados globais, muitas vezes desconsiderando as especificidades ecológicas e socioculturais locais.

Diante desse contexto, ao promover esses saberes ancestrais e práticas alimentares sustentáveis, o curso contribuiu para a preservação da biodiversidade alimentar, oferecendo uma alternativa ao modelo dominante que impacta negativamente a diversidade dos agroecossistemas (*SLOW FOOD*, 2024).

Figura 1- Folder de divulgação do curso “Formação de Multiplicadores da Arca do Gosto”



Fonte: *SLOW FOOD* (2024).

Outrossim, a Meta 4 que visava o desenvolvimento de estratégias de comercialização para a agricultura familiar, tem um impacto importante na sustentabilidade econômica das comunidades rurais. Em 2017, a oficina de precificação da Fortaleza *Slow Food* Engenhos de Farinha, em Imbituba, SC, teve como objetivo determinar o custo da produção artesanal de 1 kg de farinha de mandioca, um produto representativo da agricultura familiar (*SLOW FOOD*, 2024). Essas iniciativas não apenas incentivam a valorização dos produtos locais, mas também fortalecem a economia rural por meio de práticas agrícolas que respeitem os limites naturais e

promovem a diversificação da produção, contribuindo para a redução da vulnerabilidade de agricultores frente aos desastres socioambientais e às oscilações de mercado.

A Meta 6 envolveu ações para fortalecer a comunicação entre o *Slow Food* e a agricultura familiar, com destaque para atualização de materiais informativos, como o livreto “Biodiversidade, Arca do Gosto e Fortalezas *Slow Food*: um guia para entender o que são, como se relacionam com o que comemos e como podemos apoiá-las” (Figura 2), publicado em 2018. Esse material foi criado com o intuito de difundir os conceitos do Movimento para as comunidades de agricultores familiares, reforçando a importância da biodiversidade, da preservação das sementes de plantas nativas e da promoção de práticas agrícolas sustentáveis (*SLOW FOOD*, 2024). Ao integrar os valores da agroecologia e da conservação da biodiversidade, o projeto cria uma rede de apoio que pode ser crucial na adaptação das comunidades rurais às mudanças climáticas, oferecendo alternativas para enfrentar desastres socioambientais como secas prolongadas e enchentes.

Figura 2 – Livreto “Biodiversidade, Arca do Gosto e Fortalezas *Slow Food*: um guia para entender o que são, como se relacionam com o que comemos e como podemos apoiá-las”



Fonte: SLOW FOOD (2024).

Dessa forma, o uso da comunicação rural, por meio de estratégias como cartilhas, cursos e mídias locais, é essencial para fortalecer a participação dos agricultores familiares em iniciativas como a Arca do Gosto e o Movimento *Slow Food*. Além de promover a educação ambiental, essas ações possibilitam o compartilhamento de práticas que não só aumentam a resistência dos sistemas agrícolas aos desastres socioambientais, mas também garantem a preservação da cultura local e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades. Através da comunicação eficiente, o projeto contribui para a construção de redes solidárias que proporcionam maior autonomia

às famílias agricultoras, criando uma base mais sólida para a sustentabilidade econômica e ambiental.

As escolhas alimentares e a valorização de produtos locais representam uma forma de resistência cultural e ambiental, como destacado por Bourdieu (2011). Em vista disso, a adoção de práticas que promovem a valorização de sementes de plantas nativas e produtos locais, como as desenvolvidas no projeto analisado, desempenha um papel fundamental na preservação de saberes tradicionais, uma vez que esses conhecimentos são essenciais para fortalecer a adaptação das comunidades rurais às mudanças climáticas e para ampliar a resiliência socioambiental da agricultura familiar, promovida por iniciativas como o *Slow Food*.

No entanto, o modelo atual de produção e consumo, baseado na agricultura industrializada, demonstra sinais evidentes de esgotamento, refletidos no aumento dos desastres socioambientais e da exclusão social. Diante desse cenário, a transição para um modelo produtivo mais sustentável passa pela adoção da agroecologia, que integra o conhecimento empírico dos agricultores com a pesquisa acadêmica. Esse modelo de produção não apenas fortalece o equilíbrio ecológico e econômico, mas também engloba dimensões sociais, culturais e políticas, promovendo a inclusão social e a conservação dos recursos naturais (SILVA et al, 2014).

Além disso, a crescente adesão a sistemas sustentáveis, como a agroecologia, reflete uma preocupação cada vez maior com a qualidade dos alimentos e a redução dos impactos ambientais. Ferreira et al. (2017) destacam que essa busca tem impulsionado práticas como a semeadura direta, uma técnica que consiste em plantar as sementes diretamente no solo sem revolvê-lo previamente, preservando a estrutura dele, reduzindo a erosão e mantendo a umidade. Essa prática contribui para a conservação da estrutura do solo, garantindo maior produtividade e equilíbrio ecológico. Dessa forma, a intersecção entre a agroecologia, a valorização da agricultura familiar e a preservação das sementes nativas se apresenta como um caminho viável para um modelo de desenvolvimento rural mais resiliente e sustentável.

Considerando esse cenário, as metas do projeto “Alimentos Bons, Limpos e Justos” não apenas promovem a valorização de alimentos tradicionais e a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais, mas também criam uma base para a construção de agroecossistemas mais sustentáveis e resilientes. Ao integrar a agricultura familiar com o Movimento *Slow Food* e suas práticas de preservação da biodiversidade e promoção da justiça social, o projeto contribui para um modelo de desenvolvimento rural que respeita os limites ambientais e garante a segurança alimentar.

Considerações finais

O Movimento *Slow Food* tem desempenhado papel crucial na revalorização do alimento como uma experiência rica, consciente e sustentável, em oposição à cultura do *fast food* e à homogeneização imposta pela globalização da produção agrícola. Tem como missão promover a alimentação de qualidade, respeitando a diversidade cultural e a preservação dos recursos naturais. Ao chegar ao Brasil, o Movimento encontrou na agricultura familiar um terreno fértil para implementar seus princípios criando uma sinergia entre práticas agrícolas tradicionais e a filosofia do Movimento. Assim, essa integração reforça a valorização de alimentos locais, sustentáveis e

éticos, promovendo um modelo alimentar que se opõe ao desperdício e à destruição de culturas alimentares pela industrialização.

A análise do projeto “Alimentos Bons, Limpos e Justos: ampliação e qualificação da participação da agricultura familiar brasileira no Movimento *Slow Food*” revela uma contribuição significativa para a promoção e fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. Entre os resultados do projeto, destacam-se a inclusão de 150 novos produtos na Arca do Gosto, a realização de oficinas como a de precificação da farinha de mandioca em Imbituba (SC) e a atualização de materiais educativos voltados à valorização da sociobiodiversidade e dos modos de vida da agricultura familiar. Dessa forma, este projeto não apenas promove a inclusão de produtos tradicionais na Arca do Gosto, como também oferece capacitação para multiplicadores e desenvolve estratégias de comercialização que conectam os agricultores familiares a mercados que reconhecem e valorizam a qualidade, a tradição e a sustentabilidade.

Ao focar em alimentos ameaçados pela industrialização, o projeto não só preserva essas práticas alimentares, mas também reforça a importância da biodiversidade alimentar como pilar para a construção de sistemas alimentares resilientes. Com isso, as metas estabelecidas pelo projeto demonstram um compromisso claro com a preservação cultural e ambiental, fundamentais para a construção de um sistema alimentar sustentável no Brasil.

Além disso, a relação entre o Movimento *Slow Food* e a agricultura familiar brasileira evidencia a importância das iniciativas não governamentais como agentes complementares às políticas públicas como o PRONAF e a ATER. O apoio que Movimento oferece às comunidades rurais se alinha com essas políticas, ampliando seu alcance e proporcionando uma plataforma para que os agricultores possam acessar mercados diferenciados e conquistar a valorização de seus produtos. Ao integrar a filosofia do Movimento com práticas agrícolas o projeto “Alimentos Bons, Limpos e Justos” fortalece a capacidade dos agricultores familiares de enfrentarem desafios do desenvolvimento rural sustentável, promovendo um sistema alimentar mais justo e resiliente, que respeita tanto o meio ambiente quanto as comunidades rurais.

Por fim, o Movimento *Slow Food*, ao incorporar as práticas agroecológicas e a valorização de saberes tradicionais, não só resgata a cultura alimentar das comunidades rurais, mas também promove uma reflexão crítica sobre a alimentação no contexto contemporâneo. O modelo de desenvolvimento rural que enfatiza a sustentabilidade ambiental e a justiça social, representa uma alternativa sólida e transformadora frente aos desafios impostos pela industrialização da agricultura e pelas mudanças climáticas, oferecendo soluções práticas e efetivas para a construção de um sistema alimentar mais inclusivo e resiliente.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, Campinas: Editora da Unicamp, Rio de Janeiro: ANPOCS, 1997.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. 2 ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 141, p. 1, 25 jul. 2006.

CAUME, V. **As lógicas dos produtores invisíveis: significados culturais na produção agrícola familiar**. Revista de Administração e Negócios da Amazônia, v. 9, n. 3, p. 1-20, 2017.

CENSO agropecuário 2017. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2020b]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 21 ago. 2024.

COSTA, C. F. DA. **A Boa Comida no Início do Século XXI - Entre Carlo Petrini e Michael Pollan**. 2015. 85 fls. Dissertação (Mestrado em Alimentação – Fontes, Cultura e Sociedade) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Mercados de commodities agrícolas é foco de novo relatório da FAO**. 2022. Disponível em: <https://11nq.com/9Hsal>. Acesso em: 06 mai. 2024.

FERREIRA, E. P. de B.; STONE, L. F.; MARTIN-DIDONET, C. C. G. População e atividade microbiana do solo em sistema agroecológico de produção 1. **Revista Ciência Agronômica**, v. 48, p. 22-31, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol. I: *uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

OLIVEIRA, D. C. **Comida, Carisma e Prazer: um estudo sobre a constituição do SLOW FOOD no Brasil**. 2014. 210 fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, S. **Comércio de commodities agrícolas: impactos e desafios para sustentabilidade ambiental**. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), 2022. Disponível em: <https://11nq.com/0nLOI>. Acesso em: 02 mai. 2025.

PETRINI, C. **SLOW FOOD: princípios da nova gastronomia**. Trad. de Renata Lúcia Botina. São Paulo: Editora Senac, 2009. 245 p.

PLOEG, J. D. van der; BOUMA, J.; RIP, A.; RIJKENBERG, F. H. J.; VENTURA, F.; WISKERKE, J. S. C. Sobre regimes, novidades, nichos e co-produção. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der (Org.). **Sementes da transição: ensaios sobre a produção de novidades, nichos e regimes na agricultura**. Assen: Van Gorcum, 2004. p. 1-30.

SÁ, M. A. de; MIOR, L. C.; GUGEL, J.; FERRARI, D. L.; REITER, J. M. W.; MONDARDO, M.; FELICIANO, A. M.; MARCONDES, T. Redes de cooperação na agricultura familiar de Santa Catarina: acesso aos novos mercados e políticas públicas. In: **Anais da Editora Científica**, 2021. p. 351-369.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C. et al. (Orgs.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93-140.

SCHNEIDER, S; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. In: DELGADO, G.; BERGAMASCO, S. M. P.P. (Org.). **Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 25-48.

SILVA, J. B. et al. Sistemas de manejo em transição agroecológica: Coerências e contradições na prática cotidiana de agricultores familiares. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 9, n. 2, 2014.

SLOW FOOD. **Bem-Vindos ao Nosso Mundo: o manual**. *SLOW FOOD*, 2013a.

SLOW FOOD. **As Fortalezas SLOW FOOD**: como criar uma Fortaleza, estabelecer relações com os produtores, organizar as atividades do projeto. *SLOW FOOD*, 2013b.

SLOW FOOD. **Relatório de Atividades 2023/2024**. Associação Slow Food do Brasil, 2024. Disponível em: <https://slowfoodbrasil.org.br/download/relatorio-atividades-23-24/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a diversidade camponesa no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

YIN, R. K. **Qualitative research from start to finish**. 2nd ed. New York: Guilford Publications, 2016.